



4ª Conaes

ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA COMO POLÍTICA PÚBLICA:
CONSTRUINDO TERRITÓRIOS DEMOCRÁTICOS POR MEIO DO TRABALHO
ASSOCIATIVO E DA COOPERAÇÃO

**JUVE
SOL**

CONFERÊNCIA TEMÁTICA DE JUVENTUDES E ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA

**CONSTRUINDO ESTRATÉGIAS
PARA A AUTONOMIA E
EMANCIPAÇÃO DA JUVENTUDE**

Carta aberta referente aos resultados da Conferência Temática
de Juventudes e Economia Popular e Solidária

2025

MINISTÉRIO DO
TRABALHO
E EMPREGO

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



4ª Conaes

ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA COMO POLÍTICA PÚBLICA:
CONSTRUINDO TERRITÓRIOS DEMOCRÁTICOS POR MEIO DO TRABALHO
ASSOCIATIVO E DA COOPERAÇÃO



FICHA TÉCNICA

Equipe da Comissão Organizadora da Conferência Temática

Ana Caroline Silva
Átalo Silva
Beatriz Costa Larizzatti
Fabrizia Chaves
Fernando Barbosa
Luisa Correia Alves
Renata Studart
Maria Luisa Carvalho
Tatiane Anjos

Redação

Luisa Correia Alves

Revisão

Beatriz Costa Larizzatti
Luisa Correia Alves

Projeto Gráfico

Beatriz Costa Larizzatti

CARTA ABERTA AO PÚBLICO DA ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA

Esta carta foi elaborada pela Comissão Organizadora da **Conferência Temática de Juventudes e Economia Popular e Solidária**, realizada nos dias **18, 19 e 21 de novembro de 2024**, para apresentar os resultados alcançados pelas Juventudes na referida Conferência, traduzidos no compromisso de remobilização desse público diante da economia associativista e autogestionária e da construção do Bem Viver. Tanto a Conferência quanto o documento são produtos de uma construção conjunta e contínua de uma série de organizações e entidades das Juventudes e da Economia Popular e Solidária.

A **Conferência Temática de Juventudes e Economia Popular e Solidária** fez parte do processo de preparação para as Conferências Estaduais e para a **4ª Conferência Nacional de Economia Solidária e Popular (4ª CONAES)**, que traz como tema central: **“Economia Popular e Solidária como Política Pública: Construindo territórios democráticos por meio do trabalho associativo e da cooperação”**.

Nesse contexto, é fundamental que as conferências, enquanto instrumentos democráticos de participação social e construção de políticas públicas, contem com a **representação ativa das juventudes dos campos, das águas, das florestas e das cidades**. Garantir essa presença significa assegurar que suas demandas sejam reconhecidas e incorporadas no processo.

Para isso, esta **Conferência Temática** buscou ampliar o debate sobre o papel das juventudes na Economia Popular e Solidária, fortalecendo seu **protagonismo** nos movimentos e empreendimentos solidários. Além disso, sua realização também se estruturou como uma **estratégia de fortalecimento de alternativas para geração de emprego e renda**, diante do atual cenário de **desvalorização do trabalho assalariado e altos índices de desemprego** entre jovens de 16 a 29 anos.

A presença ativa das juventudes nesse espaço não apenas garante oportunidades no presente, mas também possibilita a **renovação das bases e representações da Economia Popular e Solidária**, assegurando sua continuidade como um modelo sustentável de organização produtiva, econômica e social.

No que vale destacar, a referida Conferência comprometeu-se no esforço de reforçar a necessidade de **cumprimento da proporcionalidade de 20% de jovens delegados, prevista pelo Regulamento Geral da 4ª CONAES**, e que, no entanto, não tem sido efetiva, observada a presença pouco expressiva e valorizada das Juventudes nas organizações e, conseqüentemente, nas Conferências Locais e Estaduais de Economia Popular e Solidária.

Essa ausência não é apenas uma questão de metas, mas um reflexo estrutural de um movimento que **ainda não acolhe verdadeiramente as juventudes**. Quando jovens chegam à Economia Solidária, muitas vezes são vistos apenas como mão de obra operacional, responsáveis por tarefas como relatoria, articulação de reuniões, comunicação dos fóruns e gestão de redes sociais.

Enquanto desempenham esse papel de forma submissa, são aceitos. Mas, quando passam a questionar, propor e reivindicar espaço para pensar coletivamente, encontram barreiras. **Se a Economia Solidária quer se renovar e garantir sua continuidade, precisa ir além da inclusão simbólica** e realmente abrir espaço para o protagonismo e a voz das juventudes.

Durante a Conferência, contou-se com a participação de até **158 pessoas** e **73 jovens** de todo o Brasil e de representações de destaque da Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária (SENAES), da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), do Ministério do Esporte (ME), do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), do Ministério da Saúde (MS), da Central Única dos Trabalhadores (CUT), da União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES), da Pastoral da Juventude Rural (PJR) e da Rede Juvessol. Coletivamente,

debateu-se a conjuntura atual da EPS e o espaço das Juventudes nessa economia, análise que fundamentou a discussão de três Painéis Temáticos, a saber: 1. Economia e Geração de Emprego e Renda; 2. Desigualdade social, Cultura e Lazer e 3. Saúde e Clima. A partir de falas institucionais e do diálogo com os participantes a respeito destes eixos, deliberou-se **26 propostas** e, dessas, 10 prioritárias a fim de incidir na construção de políticas públicas de Economia Popular e Solidária que contemplem as Juventudes, são elas:

- 1. Criação de um Fundo para a Economia Popular e Solidária**, com a garantia de um percentual para as Juventudes dos campos, das águas, das florestas e das cidades, e direcionamento de fundos já existentes (como o Fundo de Amparo do Trabalhador, recursos do BNDES, do Ministério do Trabalho e Fundos de Mudança do Clima) para esse segmento.
- 2. Fomento por meio de editais específicos, financiamento, formação e assessoria** para o fortalecimento de empreendimentos econômicos solidários (EES), tecnociências solidárias e cadeias produtivas para a sustentabilidade e criação de cooperativas, associações e redes da EPS de prestação de serviços, formadas por jovens.
- 3. Garantia de um percentual de 20% de Juventudes** dos campos, das águas, das florestas e das cidades da EPS, no Conselho Nacional de Economia Popular e Solidária, no Conselho Nacional de Juventude e em editais de concurso público da SENAES.
- 4. Formação de agentes jovens multiplicadores para a sustentabilidade** que promoverão a multiplicação, conscientização e capacitação de EES voltados à transição agroecológica, utilização de energias renováveis, diminuição de utilização de plásticos e emissão de carbono, e mapeamento e fortalecimento de cadeias produtivas da sociobiodiversidade.
- 5. Constituição de Programa de Formação e Assistência em Economia Popular e Solidária para Professores da Educação**



4ª Condaes

ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA COMO POLÍTICA PÚBLICA:
CONSTRUINDO TERRITÓRIOS DEMOCRÁTICOS POR MEIO DO TRABALHO
ASSOCIATIVO E DA COOPERAÇÃO



Básica e criação de co-laboratórios em escolas públicas, com fomento do MEC, MinC, MCTI, CAPES e CNPq. Fortalecimento das parcerias entre EPS, escolas e universidades federais, por meio da criação de uma "Escola Nacional da Economia Popular e Solidária", que promova a ampliação de bolsas de extensão, pesquisa e para o fortalecimento das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares.

- 6. Fortalecimento de cadeias produtivas da sociobiodiversidade da EPS**, promovendo negócios através dos produtos mapeados, por meio da utilização dos fundos do MTE para compra de equipamentos para agro industrialização.
- 7. Mapeamento de estruturas** (como agroindústrias) adquiridas com recursos governamentais que não estão sendo utilizados e posterior **destinação para jovens da Agricultura Familiar e EPS**.
- 8. Incorporação da EPS de forma transversal no Plano Nacional de Políticas Públicas de Juventudes** e incorporar as Juventudes dos campos, das águas, das florestas e das cidades da EPS nas equipes de educadoras/es populares de Economia Popular e Solidária autogestionária.
- 9. Promoção de ações e iniciativas integradas para a reintegração ao mundo do trabalho e de geração de renda de jovens** dos campos, das águas, das florestas e das cidades, em situações de risco e vulnerabilidade socioeconômica, por meio de apoio psicossocial e capacitação técnica em EPS.
- 10. Inclusão da EPS no Currículo da Educação Básica e das Universidades**, garantindo o cumprimento da Lei de Diretrizes e Bases, que prevê o trabalho como princípio educativo, no entendimento de que a economia associativista e autogestionária tem como premissa o reconhecimento e a valorização do trabalho como dimensão central da vida e da formação humana.

- 11.** Incubação de Bancos Solidários da EPS e Desenvolvimento de Fundos Rotativos Solidários, por meio de formação e recurso de giro para negócios sustentáveis de Juventudes do campo, das águas, das florestas e das cidades e do fortalecimento de iniciativas existentes.
- 12.** Incentivo à rearticulação da Rede Juvesol nos Estados e a formação de redes de Economia Popular e Solidária, integrando a população do campo, das águas, das florestas e das cidades, em especial as juventudes, garantindo a diversidade de gênero, de etnia e de pessoas com deficiência e neurodiversidade.
- 13.** Desenvolvimento de ações específicas de incentivo e fomento à Formação em EPS para as Juventudes, por meio de programas da SENAES e do MTE, como o Programa Manuel Querino. Os processos formativos devem contemplar os princípios das técnicas de produção, comercialização, manutenção e ferramentas, como também a organização autogestionária, a formação específica para gestão e governança de negócios sustentáveis, elaboração de projetos e a garantia de um diálogo intergeracional.
- 14.** Cumprimento da Lei nº 10.639 que dispõe sobre a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" incluída no currículo oficial da Rede de Ensino, a partir do diálogo transversal com as Secretarias Municipais de Educação, de maneira a valorizar formas alternativas de produção de meios de vida, associadas a práticas ancestrais dos povos originários e africanos.
- 15.** Revogação da Emenda Constitucional nº 95/2016 que prevê o congelamento de despesas públicas por 20 anos, a fim de ampliar significativamente os investimentos em políticas sociais e setores estratégicos para o desenvolvimento do país, como as iniciativas autogestionárias e sustentáveis da EPS.
- 16.** Fortalecimento dos Fóruns Estaduais, Municipais e Comunitários de EPS, através de parcerias governamentais, para a realização de atividades de formação e geração de emprego e renda destinadas às Juventudes dos campos, das águas, das florestas e das cidades.

- 17.** Lançamento de editais da SENAES em parceria com outros Ministérios e Secretarias, que fomentem a criação e manutenção coletiva de novas iniciativas juvenis, voltadas para o fortalecimento da EPS nos territórios.
- 18.** Realizar cartografia socioambiental e mapeamento georreferenciado dos EES organizados por jovens do campo, das águas, das florestas e das cidades, que gerem educação, emprego e renda nos territórios.
- 19.** Criação de Centros de Atendimento às juventudes do campo, das águas, das florestas e das cidades, em parceria com associações, coletivos e movimentos populares e de EPS. Buscar fomento para manutenção das atividades, através do patrocínio de bancos públicos e solidários.
- 20.** Produção de Plantas Medicinais: incentivar o fomento de programas voltado a produção de Fitoterápicos, incentivando a criação de EES, geridos por jovens do campo, das águas, das florestas e das cidades, para cultivo, processamento, distribuição e geração de renda no segmento de plantas medicinais
- 21.** Desenvolvimento de Hortas Urbanas Comunitárias geridas por coletivos e EES de jovens do campo, das águas, das florestas e das cidades para a produção de alimentos saudáveis.
- 22.** Constituição de metas da SENAES para diminuição de emissão de carbono e utilização de plástico dos EES para recebimento de selo de sustentabilidade solidária.
- 23.** Fortalecimento do programa da Cozinha solidária e comunitária, garantindo a participação de juventudes do campo, das águas, das florestas e das cidades.
- 24.** Fortalecimento dos Centros Públicos de EPS para facilitar o escoamento da produção e promover formação, de forma que o espaço funcione como ambiente de serviços da política, como fazer

distribuição de remédios naturais, alimentos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), etc.

- 25.** Organização de EES para triagem, reciclagem e comercialização de resíduos sólidos, com prioridade de contratação pelos Serviços Públicos de Limpeza Urbana.
- 26.** Financiamento e fomento de Cooperativas de EES de Energia Solar Comunitária voltados para a instalação de sistemas fotovoltaicos geridos coletivamente para suprir energia em comunidades.

Reconhecemos que as propostas acima apresentam apenas parte das demandas e reivindicações das Juventudes da EPS, e que a imensa diversidade que as constitui, considerando ainda as particularidades dos territórios, resulta em desdobramentos próprios que devem ser trabalhados em cada Conferência Local e Estadual. Ainda, a indicação de ações prioritárias e que possam ser trabalhadas integralmente é fundamental para orientar a 4ª CONAES e a consequente elaboração de políticas públicas de EPS para as Juventudes.

Em nome de uma juventude, não única e singular em sua constituição, mas igualmente comprometida com a construção de novas relações e estruturas de trabalho e, por conseguinte, de uma nova sociedade - defendemos e reivindicamos a incorporação deste documento como material base para fundamentação das Conferências que se seguirão, de forma que possa chamar atenção para a complexo entrecruzamento entre Juventudes e EPS e, de fato, multiplicar o desenvolvimento de propostas que atendam ao fortalecimento dessa relação.

Comissão Organizadora da Conferência Temática de Juventudes e Economia Popular Solidária